

DNPM diz que não existem empresas em áreas indígenas

O diretor regional do Departamento Nacional da Produção Mineral, geólogo Idmilson Mesquita disse ontem que "se houver alguma autorização para pesquisa e lavra em território indígena, o DNPM vai anular imediatamente. No momento, podemos garantir que, no Pará, não existe nenhuma empresa de mineração atuando em território destinado a reservas indígenas. O que existe, no interior das reservas, são invasões de garimpeiros", afirmou.

Disse que foi com "muita surpresa que tomamos conhecimento da matéria publicada

nos jornais de que o DNPM permite pesquisa e lavra em territórios indígenas. No decreto 88.985, disse Idmilson Mesquita, "as autorizações de lavra em terras indígenas serão autorizadas a empresas estatais somente quando for minérios estratégicos necessários à segurança e ao desenvolvimento nacional. Entretanto, como o processo não foi regulamentado, o DNPM mantém sob pendência todos os pedidos de pesquisa até que a situação fique definida. Portanto, as denúncias dos funcionários da Funai, não têm o menor sentido".



Idmilson Mesquita, diretor do DNPM.

Oficialmente, acentuou Mesquita, o DNPM não libera áreas sem que a Funai seja devidamente consultada. "Nós todos sabemos que existem áreas reservadas aos índios que estão sendo reclamadas. Como os Kaiapó, por exemplo, onde existe os garimpos de Maria Bonita, Tarzã e Cumaruzinho com milhares de garimpeiros trabalhando lá. Podemos dizer que não estão fazendo lavra mecanizada. Mas, lá eles estão usando diversos equipamentos que não podem mais serem classificados de simples prática de garimpagem".

Funai: invasões, só de garimpeiros



Salomão Santos, DNPM.

"Nestes últimos dois anos, posso afirmar que a Funai não forneceu nenhum parecer favorável a pesquisa e lavra de minérios em terras indígenas. E, se hoje temos conhecimento de invasões em terras reservadas a eles, estas invasões estão sendo feitas por garimpeiros", afirmou Salomão Santos, diretor regional da Funai, ao ser instado a comentar as denúncias dos funcionários do órgão que foram demitidos pelo novo presidente, Alvaro Villas-Boas".

No entanto, Salomão Santos afirma que somente no caso da Brasinor, que explora ouro em terras banhadas pelo rio Iriri e/ou seus tributários, é que estão atuando de maneira totalmente ilegal. "No caso da Brasinor (uma mine-

radora, que está atuando naquela região do Xingu/Iriri), há uma questão que precisa ser definida de uma vez por todas. Eles alegam que a área onde estão atuando não registra a presença de índios. Mas isso não é verdade e o caso será devidamente estudado pelas autoridades. No momento, a empresa não está em atividade na área".

Salomão disse que um dos casos mais graves que a Funai vai enfrentar, diz respeito à população indígena, que vive às margens do Tapajós, no município de Itaituba e demais regiões. "Também está merecendo uma melhor avaliação a presença de mineradoras no rio Branco, permitida pelo cacique Pombo. O garimpo de ouro fica às proximidades do Projeto Tucumã

e sabemos que as atividades ali são bem desenvolvidas", declarou Salomão Santos.

Por outro lado, Salomão Santos entende que as mineradoras, se devidamente autorizadas a operar em território indígena, "causam menos problemas do que a ação da garimpagem. A garimpagem causa ao patrimônio indígena uma devastação muito grande. E, quase sempre, os índios são prejudicados. Perdem suas áreas de perambulação, de pesca e de coleta de frutos. E pior que isso, a garimpagem permite a passagem de um número incalculável de pessoas que, com certeza, contribuem para prejudicar a vida dos índios em seu habitat".